

RELATÓRIO ANUAL

Joinville/SC, 29 de janeiro de 2016.

INTRODUÇÃO:

Ao final de cada ano e no seu início, renovamos votos de esperança e refletimos sobre o que fizemos e ou deixamos de fazer, é assim para todos e no segmento de previdência social, não é diferente. É um período de visitar ações, remanejar recursos, refinar a base cadastral, reformular planejamento e medir resultados em relação às expectativas, sem deixar de provocar, discutir o novo cenário que nos aguarda.

Decorridos doze meses de 2015, com exceção dos índices pluviométricos que estão em alta, às variáveis advindas das condições políticas, econômicas que preocupavam a gestão do IPREVILLE, continuarão presentes nas reuniões de prestação de contas do IPREVILLE para acompanhamento da gestão e da rentabilidade das aplicações financeiras frente à meta atuarial anual, tem como finalidade, além de ampliar a transparência de suas contas, medir o grau de solvência e sustentabilidade do regime próprio de previdência social contemplado no capítulo 194 da CF/88, que compreende um "conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social", competindo ao Poder Público, organizar, controlar e fiscalizar, seu funcionamento.

Estando assegurado o direito a previdência, o artigo 40 da carta magna dispôs que poderá ser instituído para atender os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do distrito federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Assim, o município de Joinville instituiu em 1996, seu regime próprio de previdência cujo órgão gestor é o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville - IPREVILLE, organizado com regras e critérios norteadores predecessores a edição da lei 9.717/1998 e a emenda Constitucional 20/1998, que foram solidificados por estas.

Portanto, o IPREVILLE está sujeito e deve obedecer aos ditames das Leis, dentre as quais, a Lei nº 9.717/98 que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS; da Lei 4.320/64 que trata das receitas e despesas públicas e da destinação de seu patrimônio, da Lei nº 101/2000, conhecida como LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aos ditames da Resolução do CMN - Conselho Monetário Nacional nº 3.922/10 que dispõem sobre as aplicações dos recursos, recentemente ajustada pela Resolução CMN 4.392, de 19 de dezembro de 2015.

Neste sentido e visando proporcionar maior transparência às atividades desenvolvidas no exercício de 2015, apresentamos este relatório.

Boa leitura!

DOS FATOS:

O ano de 2015 foi um ano repleto de dificuldades, entretanto, marcado por conquistas, como do crescimento do Patrimônio Líquido do IPREVILLE, pela manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e também pelo desempenho positivo das aplicações, lembrando que os recursos financeiros do IPREVILLE estão inseridos num cenário financeiro incerto e volátil por conta de eventos no ambiente doméstico e no âmbito mundial.

Apesar da rentabilidade alcançada no exercício ter sido positiva, o ano foi bastante desfavorável às aplicações, tendo alcançado no exercício resultado inferior a meta atuarial anual.

TABELA 1 - Meta Atuarial X Rentabilidade Exercício 2015

Ano	Meta	Rentabilidade
2015	17,91%	10,11%

É verdade que a rentabilidade foi alcançada dentro de um cenário de fortes stress ocorrido no mundo financeiro, tanto interna como globalmente, que são variáveis sobre a qual não se tem controle, interface de um mercado globalizado.

Já em relação às receitas e despesas do exercício 2015, o IPREVILLE obteve o resultado demonstrado pelas tabelas 2 e 3 a seguir.

TABELA 2: Receita Arrecadada Exercício 2015

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	Acumulado	%
Contribuição Previdenciária Patronal	72.194.301,74	21,91
Contribuição Previdenciária Segurados	52.004.278,44	15,78
Receitas Imobiliárias	2.128.378,00	0,65
Rendimentos Aplicações Financeiras	148.696.534,07	45,12
Alienação de Bens	1.618.783,38	0,49
Compensação Previdenciária	12.499.590,08	3,79
Parcela Dívida e Amortização Déficit Atuarial	20.207.082,61	6,13
Receitas Diversas	622.906,69	0,19
Juros e Variação Monetária	19.575.086,19	5,94
TOTAL GERAL	329.546.941,20	100,00

TABELA 3: Despesas Realizadas Exercício 2015

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Acumulado	Liquidado Ano	Pago Ano
Manutenção do Ipreville			
a) Pessoal Civil	3.705.245,42	3.590.343,95	3.395.177,59
b) Obrigações Patronais	558.325,82	558.325,82	474.411,94
c) Material de Consumo	87.156,13	30.551,11	29.564,55
d) Passagens e Despesas c/ locomoção	33.637,45	16.435,22	16.435,22
e) Serviços de Consultoria	45.492,36	33.536,58	33.536,58
f) Outros Serviços Terceiros - PJ	1.133.047,49	782.707,01	735.990,22
g) Locação de Mão de Obra	404.535,03	383.761,24	355.063,95
h) Diárias	50.024,00	49.928,00	49.928,00
i) Obrigações Contributivas (PASEP)	2.652.416,78	2.652.416,78	2.324.286,97
j) Equipamentos e Material Permanente	86.010,25	85.560,20	85.560,20
k) Obras e Instalações	293.597,57	292.418,91	292.418,91
l) Programa PPA	239.976,32	181.194,85	171.634,85
m) Capacitação IPREVILLE	150.248,10	57.916,86	57.916,86
Total	9.439.712,72	8.715.096,53	8.021.925,84
Aposentadorias e Pensões			
Aposentadorias	100.644.047,77	100.639.656,56	93.782.002,59
Pensionistas	11.195.472,44	11.195.472,44	10.376.943,56
Total	111.839.520,21	111.835.129,00	104.158.946,15
Devolução de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária (INSS)	66.592,77	66.592,77	66.592,77
Total	66.592,77	66.592,77	66.592,77
TOTAL GERAL	121.345.825,70	120.616.818,30	112.247.464,76

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em 2015, como nos anos anteriores, o IPREVILLE formalizou e divulgou sua política de investimentos de acordo com os preceitos legais, reafirmando a responsabilidade quanto à adoção de práticas legais sustentáveis, éticas e dignas na condução da gestão de seus recursos, já que os mesmos são a garantia de pagamento dos atuais e futuros benefícios dos seus segurados.

Para atender e cumprir as determinações de normatização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e especificamente as regras do CMN, o IPREVILLE, apresentou e foi aprovada por seu Conselho de Administração a Política de Investimentos para o exercício 2015 estabelecendo as condições e segmentos de aplicações, conforme segue:

TABELA 4: Política de Investimentos 2015

Segmento de Aplicação	Limite PAI	Limite Res. 3922/10
Renda Fixa	100%	100%
Títulos Públicos Tesouro Nacional – Art. 7º - I – “a”	100%	100%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100%	100%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80%	80%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30%	30%
Depósitos em Poupança – art. 7º - V	20%	20%
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	5%	15%
FI em Direitos Creditórios – fechado - Art. 7º, VII, "a"	5%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5%	5%
Renda Variável	30%	30%
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	30%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	20%
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	15%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	5%
FI em Participações – fechado - Art. 8º, V	5%	5%
FI Imobiliário - Art. 8º, VI	5%	5%

DOS OBJETIVOS:

A Política de Investimentos aprovada tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes, buscando adequar-se às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

No intuito de alcançar a melhor taxa de rentabilidade para as aplicações e atingir a meta atuarial anual necessária para a manutenção do equilíbrio financeiro atuarial do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos, como: segmento de renda fixa e renda variável, quanto na segmentação por instituições e tipos de fundos de investimentos, visando, igualmente, a maximização do resultado em relação ao risco-retorno do montante total aplicado.

AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Avaliação Atuarial é o estudo técnico realizado com base em dados cadastrais dos participantes de um plano de previdência próprio ou de previdência complementar ou ainda de um plano de

saúde, por exemplo. Deverá possuir data base (cadastral) posicionada a partir de doze meses anteriores a elaboração do cálculo atuarial anual e tem por objetivo avaliar o plano de custeio para que este se mantenha equilibrado, garantindo a continuidade do pagamento dos benefícios cobertos pelo regime.

Este planejamento somente é possível mediante a utilização da matemática atuarial, apurando-se, com base na estatística, quanto será necessário contribuir e por quanto tempo para que, no futuro, o participante obtenha o seu benefício. Ao valor acumulado das contribuições (reservas matemáticas) serão computados os ganhos obtidos com os investimentos realizados pelo órgão gestor destas reservas.

O sistema próprio de previdência (RPPS) é um planejamento de longo prazo, com duração, em geral, superior a trinta anos, que inevitavelmente, terá que sofrer ajuste ao longo de sua existência. Por exemplo: Quando se afirma que a meta atuarial não será alcançada, está sinalizando que a taxa de retorno dos investimentos obtidos, não é suficiente para cobertura do plano de previdência, ou seja, será necessário adequar o plano à realidade financeira em que ele está inserido.

Não basta, assim, que existam as contribuições porque o valor delas, sem o resultado dos investimentos, não será suficiente para o pagamento dos benefícios, tendo em vista a inflação que sempre atua para diminuir o poder aquisitivo, portanto, a função do órgão gestor do sistema é justamente a de buscar resultados reais, acima da inflação, para os investimentos que realiza, para que no futuro, seja garantido o plano de pagamento de um determinado benefício, ou seja, deve-se buscar alcançar a meta atuarial a cada ano.

META ATUARIAL:

Meta atuarial então é a rentabilidade mínima necessária dos investimentos de um plano de previdência, que visa garantir o cumprimento dos seus compromissos futuros. A meta atuarial geralmente é fixada, como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada a um índice de inflação.

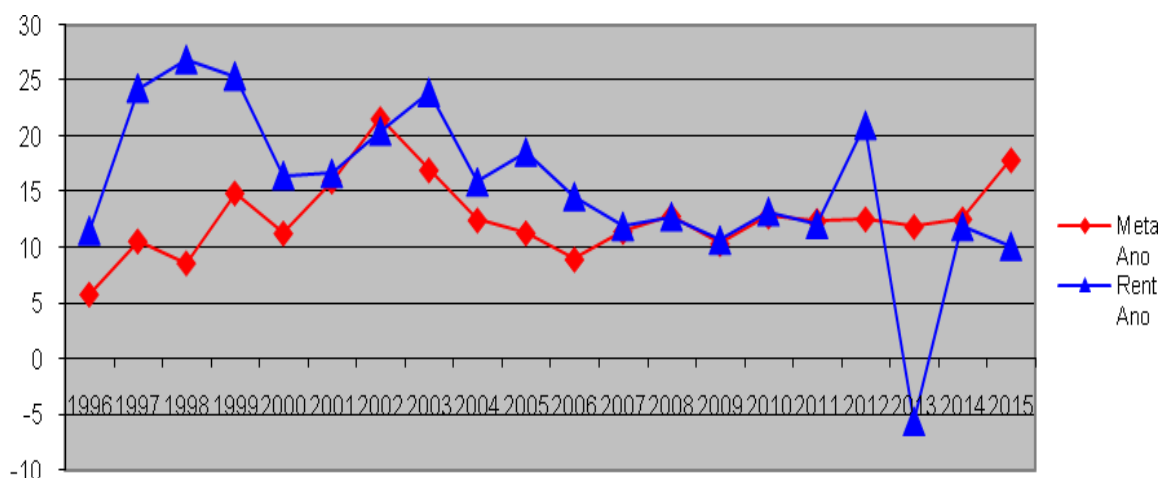
Os RPPS, assim como os planos de previdência privada, possuem previsão que para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários será necessário obter um ganho real nos investimentos ao ano, acrescidos ainda da variação de um índice de inflação, ou seja, existe um parâmetro (benchmark) que é perseguido, denominado como sendo a meta atuarial, que nada mais é que a soma de um índice de inflação mais uma taxa de juros.

No caso do IPREVILLE, a meta atuarial anual será a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), medido pelo IBGE, mais a taxa de juros de 6% ano.

TABELA 5 - Meta Atuarial X Rentabilidade Período 1996 - 2015

Ano	Meta Ano	Rentabilidade Ano	Diferença	Acumulada
1996	5,84	11,53	5,69	5,69
1997	10,62	24,35	13,73	20,20
1998	8,65	26,92	18,27	42,16
1999	14,94	25,44	10,50	57,09
2000	11,32	16,48	5,16	65,19
2001	16,01	16,67	0,66	66,29
2002	21,61	20,49	-1,12	64,42
2003	17,01	23,97	6,96	75,87
2004	12,51	15,89	3,38	81,81
2005	11,35	18,59	7,24	94,97
2006	8,98	14,58	5,60	105,89
2007	11,47	11,90	0,43	106,78
2008	12,87	12,78	-0,09	106,59
2009	10,38	10,66	0,28	107,17
2010	12,86	13,23	0,37	107,94
2011	12,46	12,09	-0,37	107,17
2012	12,60	21,01	8,41	124,59
2013	11,92	-5,65	-17,57	85,13
2014	12,61	11,88	-0,73	83,78
2015	17,91	10,11	-7,80	69,44

GRÁFICO 1: Meta Atuarial x Rentabilidade 1996 - 2015



Se este ganho de investimentos previamente planejado não é alcançado, então duas conseqüências podem ocorrer: a necessidade de maior contribuição ou a diminuição dos benefícios futuros, neste último caso, pela regra constitucional vigente, não teria efeito.

Então, significa que o IPREVILLE além do alcance do superávit financeiro anual que permite a acumulação de recursos suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários, deve garantir também um direito social específico (constitucional) a seus servidores de forma justa, entretanto, sem se constituir em ônus excessivo para a sociedade, o que passa necessariamente pelo cumprimento das obrigações estabelecidas em Lei e pela adoção das melhores práticas de gestão para atingir seus objetivos.

Para a consecução desses objetivos e da própria sustentabilidade do RPPS, a adoção e aplicação de algumas medidas na condução do regime, como planejamento, participação, transparência, capacitação e controle, são fundamentais para otimizar a gestão dos recursos e obtenção de superávits financeiros e para o equacionamento de eventuais déficits atuariais.

A transparência, dentre outras ações, envolve a realização do cálculo atuarial a partir de bases fidedignas e consistentes que guardem coerência com sua realidade, devendo ser demonstrado na escrituração contábil dos RPPS e disponibilizado em meios de comunicação, de livre acesso, para consulta e análise.

A participação dos segurados nos colegiados e instâncias de discussão e deliberação deve ser acompanhada de elementos de democracia participativa, que assegurem a participação dos segurados na condução do RPPS e que as deliberações sejam levadas ao conhecimento dos servidores públicos e através ainda de realizações periódicas de audiências públicas, com a participação dos servidores, de suas associações e sindicatos e de membros da comunidade.

O planejamento adequado possibilitará que a decisão adotada resulte em um programa de ação cuja execução ao longo do tempo não onere a atual gestão do ente e nem inviabilize as futuras administrações. Já a capacitação dos responsáveis pela gestão dos RPPS é instrumento fundamental de aperfeiçoamento da gestão financeira e da concessão dos benefícios aos segurados, além da regularidade perante os órgãos de controle, que deve ser exercido, tanto, no âmbito interno, como externo, através dos Tribunais de Contas, Ministério da Previdência Social, que visam atestar e acompanhar a regularidade do RPPS.

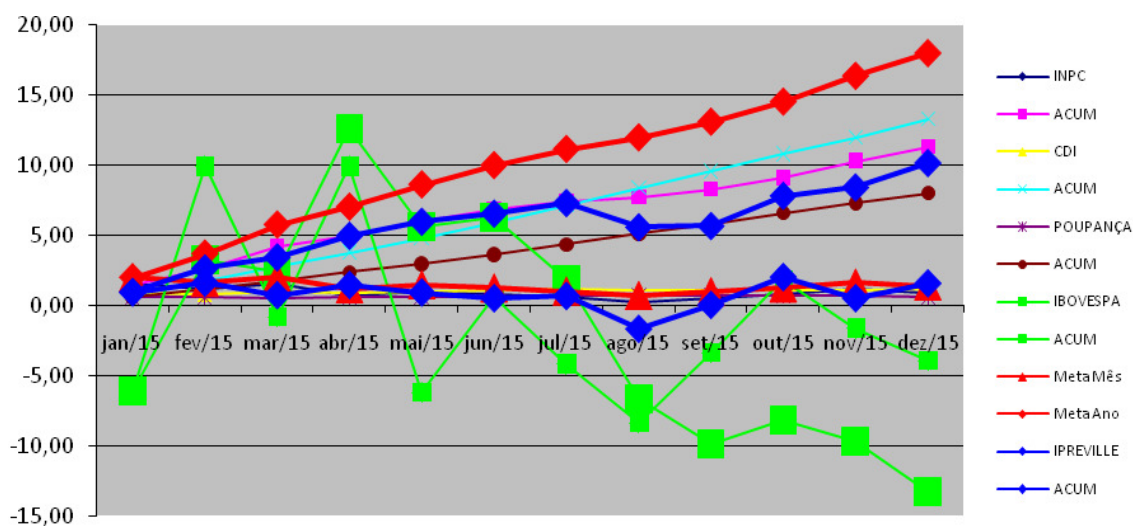
DA RENTABILIDADE E ENQUADRAMENTO APLICAÇÕES:

Para acumulação de superávit financeiro, incremento dos recursos financeiros disponíveis e alcance da meta atuarial, os recursos financeiros são aplicados no mercado financeiro dentre as opções de investimentos permitidas aos RPPS, que motivado pelas incertezas do cenário internacional, desaquecimento da economia, elevação da taxa de juros, da inflação, por exemplo, acabam por produzir efeitos indesejados aos investimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 6 - Índices Econômicos X Meta Atuarial 2015

MESES	INPC	Ac.	CDI	Ac.	IBOVESPA	Ac.	Meta Mês	Meta Ano	IPREVILLE	Ac.
Jan/15	1,48	1,48	0,93	0,93	-6,10	-6,10	1,97	1,97	0,95	0,95
Fev/15	1,16	2,66	0,82	1,76	9,90	3,20	1,65	3,65	1,65	2,62
Mar/15	1,51	4,21	1,04	2,81	-0,80	2,37	2,00	5,73	0,77	3,41
Abr/15	0,71	4,95	0,95	3,79	9,93	12,54	1,20	6,99	1,48	4,94
Mai/15	0,99	5,99	0,98	4,81	-6,17	5,59	1,48	8,58	0,95	5,93
Jun/15	0,77	6,80	1,06	5,92	0,61	6,24	1,26	9,95	0,55	6,52
Jul/15	0,58	7,42	1,18	7,16	-4,17	1,81	1,05	11,10	0,71	7,27
Ago/15	0,25	7,69	1,11	8,35	-8,33	-6,67	0,74	11,92	-1,61	5,54
Set/15	0,51	8,24	1,11	9,55	-3,36	-9,81	1,00	13,04	0,08	5,63
Out/15	0,77	9,07	1,11	10,76	1,80	-8,19	1,26	14,47	2,04	7,78
Nov/15	1,11	10,28	1,06	11,94	-1,63	-9,68	1,60	16,30	0,55	8,38
Dez/15	0,90	11,28	1,16	13,24	-3,93	-13,23	1,39	17,91	1,60	10,11

GRÁFICO 2 - Rentabilidade Aplicações x Índices econômicos 2015



Considerando que a meta atuarial do ano 2015 ficou em 17,91% e que o resultado alcançado pelo conjunto das aplicações do IPREVILLE foi de 10,11%, não houve o alcance da meta atuarial anual, tendo ficado com 43,3% abaixo da meta necessária.

Embora, não tenha acumulado ganho ou "gordura" em 2015, verificamos (ver tabela 5) que o IPREVILLE vem acumulando ganhos acima da meta atuarial e neste exercício, como em outros anteriores, o resultado não foi suficiente, entretanto, o IPREVILLE vem acumulando recursos financeiros ao mercado financeiro e a gestão atua para cumprir seus objetivos.

Para não incorrer no risco indesejado de diminuição do valor investido e aumentar seu grau de satisfação, eliminar o risco, sistemático ou não sistemático, vai depender da análise que possa fazer em relação ao risco existente representado pela carteira de investimentos dos fundos de investimentos e da diversificação promovida por suas aplicações.

DOS RISCOS:

Risco é a possibilidade de se obter um retorno diferente do que o esperado em um investimento, ou, simplesmente, a incerteza de se atingir objetivos para um específico período de tempo. Isto inclui a possibilidade de se ter perda parcial ou total do valor originalmente investido.

Quando o IPREVILLE promove suas aplicações, além de procurar investir seus recursos, dentro das condições de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade e transparência, intuitivamente, também está na busca do melhor investimento que combine: rentabilidade, risco e liquidez.

1 - Rentabilidade: É o objetivo máximo de qualquer investidor. É a variação entre um preço inicial e um preço final e está associada ao passado, a um momento decorrido. É obtida através da divisão do valor de resgate do investimento pelo valor aplicado.

2 - Risco: É a possibilidade de acontecer fato possível, porém não desejado no prazo de um determinado investimento. O risco está ligado diretamente às incertezas, com a possibilidade de sua realização. Dentro dos riscos inerentes as aplicações, destacamos dois importantes riscos, dentro do risco total dos investimentos:

2.1 - Risco de mercado: está relacionado à oscilação dos preços dos ativos em seus respectivos mercados de negociação.

2.2 - Risco de crédito: está relacionado à possibilidade de os emissores de títulos e valores mobiliários não cumprirem parcial ou totalmente suas obrigações, de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas, ou ainda não o realizarem no prazo e/ou condições pactuadas.

3 - Liquidez: Entende-se por liquidez de um investimento a capacidade de transformá-lo em recursos disponíveis, a qualquer tempo, no seu respectivo mercado.

Então o IPREVILLE ao buscar uma opção de investimento deseja que ele tenha alta rentabilidade e liquidez, além de que apresente baixo risco, entretanto, os três fatores acima jamais são encontrados nesta forma ideal: alta rentabilidade, alta liquidez e baixo risco.

Na realidade, cada investidor deve escolher um balanço, um equilíbrio, destes três aspectos, considerando seu perfil, objetivos e prazos.

Neste sentido e buscando mitigar os riscos de suas aplicações, o IPREVILLE tem alocado seus recursos em diversas instituições financeiras públicas e privadas, através de cotas de fundos de investimentos do segmento de renda fixa e variável, cujo valor aplicado não represente mais que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do respectivo fundo e não ultrapasse 25% de seus recursos financeiros.

TABELA 7 - Carteira de Investimentos Dezembro 2015

Total das Aplicações	2015	%
RF Carteira Administrada	316.221.358,99	21,31
RF Fundos de Investimentos (Exclusivo Títulos Públicos)	473.775.028,13	31,92
RF Fundos IMA (IMA-B - IDkA - IRF-M - IMAGERAL)	313.113.379,90	21,10
RF Fundos de Investimentos "Crédito Privado" - Fechados	16.897.929,98	1,14
RF Fundos de Investimentos Referenciados (RF - DI)	160.584.531,19	10,82
RF FIDCs - Abertos/fechados	4.182.461,87	0,28
RF - Fundos de Investimentos Taxa de Administração	15.787.407,56	1,06
RF - Ativos em enquadramento	108.535,23	0,01
Aplicações Renda Fixa	1.300.670.632,85	87,64
RV Fundos de Investimentos Ações (IBX/IBOVESPA)	161.165.491,52	10,86
RV Fundos de Investimentos Multimercado	13.044.019,18	0,88
RV Fundos de Investimentos Participações (FIP)	23.018.272,35	1,55
(-) Provisão Perdas Investimentos Renda Variável	-13.859.452,44	-0,93
Aplicações Renda Variável	183.368.330,61	12,36
TOTAL GERAL	1.484.038.963,46	100

NÚMEROS DO IPREVILLE (EVOLUÇÃO)

O mercado, por si, só, nunca será capaz de cumprir o princípio da cobertura universal, e tampouco satisfazer plenamente as necessidades previdenciárias, que dependem de efetiva segurança e garantia, ou seja, da solvência do sistema previdenciário.

Então, pensar no horizonte (nos fundamentos) de longo prazo independe da reação de conjuntura da economia, é necessário planejamento financeiro, até para não perder de vista a solvência do regime previdenciário.

Assim, ações voltadas para o correto controle das contribuições e da base cadastral de seus segurados e utilização do melhor fluxo de caixa para o desembolso anual de pagamento das aposentadorias e pensões, são ajustes que podem ocorrer e facilitar a travessia incerta que o ano apresenta, às vezes boa e às vezes, nem tanto.

Ainda, se tratando de economia, qualquer previsão sobre o futuro como se diz, é líquido e certo de estar errado, já que sempre haverá variáveis e fatos imprevistos capazes de alterar o rumo dos acontecimentos, embora, alguns sejam bastante conhecidos e persistentes.

TABELA 8 - Número de Contribuintes 2011 - 2015

Segurados Contribuintes	2011	2015	Variação %
Total de contribuintes em Atividade	9.632	10.897	13,13
Total de contribuintes Inativos	285	768	169,47
Total de contribuintes Facultativos e ou Cedidos	7	4	-
TOTAL GERAL	9.924	11.669	17,58

TABELA 9 - Evolução Benefícios Previdenciários 2011 - 2015

Benefícios de Aposentadorias e Pensões	2011	2015	Variação %
Aposentadoria Tempo de Contribuição	612	1.268	107,1
Aposentadoria Idade	201	276	37,1
Aposentadoria Compulsória	46	59	28,2
Aposentadoria por Invalidez	191	297	55,4
Complemento de Aposentadoria	221	211	- 4,52
Aposentadorias (Lei 860)	143	126	- 11,8
Aposentadorias (Lei 3478)	124	102	- 17,7
Total	1.538	2.339	52,08
Pensões	235	406	72,7
Pensões (Lei 860)	44	43	- 2,2
Complemento de Pensões	49	47	- 4,08
Pensões (Lei 3478)	30	38	26,6
Total	346	534	54,3
TOTAL	1.896	2.873	51,5
Compensação Previdenciária INSS	21	31	47,6
TOTAL GERAL	1.917	2.904	51,4

TABELA 10 - Evolução Recursos Financeiros Período 2011 - 2015

Patrimônio Líquido	R\$	Variação %
Dezembro 2011	893.879.801,07	
Dezembro 2012	1.141.393.766,66	27,69
Dezembro 2013	1.124.278.966,62	(-) 1,50
Dezembro 2014	1.318.969.338,16	17,32
Dezembro 2015	1.484.038.963,46	12,51

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

De todas as virtudes, a que devemos praticar à exaustão é a previdência. Ser previdente é planejar o futuro e saber enfrentar as surpresas pelo caminho. É avaliar com prudência o que deve ser feito e focar bem nos objetivos os quais se quer alcançar.

É nessa linha de atuação, previdente e sensata que o IPREVILLE tem trabalhado e obtido resultados ao longo de sua existência. É claro que há problemas a serem resolvidos, mas ganhamos força para resolvê-los toda vez que podemos compartilhar os resultados e boas notícias aos nossos associados.

Uma delas foi à repactuação da insuficiência atuarial junto ao município de Joinville, que resultou num incremento dos valores a receber de 63,3% e que serão pagos ao longo dos anos. Outra notícia diz respeito à formação da carteira administrada de títulos públicos na ordem de 21% dos recursos financeiros que vem ao encontro da melhora da performance das aplicações.

Como se vê, há motivos para comemoração e muito para trabalhar pelo equilíbrio do IPREVILLE, sendo fundamental, registrar que a gestão está atenta aos cenários econômicos que acabam resultando num ambiente de expectativas e incertezas cada vez maiores, mantendo acesa a difícil pergunta: O que vai acontecer e o que fazer?

A resposta alcançada ao final de 2016 dependerá aos movimentos de mercado e de determinados eventos futuros, traduzida como risco, assim, o velho ditado "*é melhor prevenir do que remediar*" nunca foi tão adequado, lembrando sempre que o IPREVILLE possui participantes em diferentes estágios do ciclo de vida e necessidades, portanto, a proposta do que fazer em 2016 deverá levar em conta esse perfil.

Joinville, 29 de janeiro de 2016.

Gerência Financeira - Núcleo Gestor de Investimentos.